



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Parquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64



Câmara Municipal de Parquera-Açu

Estado de São Paulo

Av. Dr. Fernando Costa, 497 – Centro – Telefax: (13) 3856-1283 – CEP 11.930-000

DECRETO LEGISLATIVO Nº 0002, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO ATRAVÉS DO EDITAL Nº 0002/2012”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o disposto no item 11.12 do Edital nº 0002/2012, que dispõe sobre a validade e prorrogação do Concurso Público;
Considerando que o Concurso Público regulado pelo Edital nº 0002/2012 foi homologado em 03 de julho de 2012;
Considerando o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de validade do Concurso Público regulado pelo Edital nº 0002/2012, por mais 02 (dois) anos, contados à partir do dia 03 de julho de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Parquera-Açu, 18 de junho de 2014.

Sebastião Assunção
Presidente

EDITAL Nº 017/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 002 /2014.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2014

ORGÃO INTERESSADO: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREÂMBULO:

O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS torna público a quem possa interessar que de ordem do Sr. Prefeito Municipal e conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2014, acha-se aberto EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014, objetivando o LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO, ELABORAÇÃO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES, ATUALIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS IMOBILIÁRIAS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU / SP, devendo os interessados entregar os envelopes contendo os documentos e propostas até às 09:00 HORAS do DIA 24 DE JUNHO DE 2014 no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS, à Rua XV de Novembro, 686 – Centro - PARIQUERA-AÇU - SP, os quais serão abertos em seguida.

A presente licitação é do tipo técnica e preço, e se processará de conformidade com este Edital e com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis Federais n.ºs . 8.883/94 e 9.648/98, neste ato intitulada Lei.

1 DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação destina-se a receber propostas para o LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO, ELABORAÇÃO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES, ATUALIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS IMOBILIÁRIAS, MOBILIÁRIAS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU / SP, compreendendo:

- a- Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- b- Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- c- Elaboração da Planta Genérica de Valores
- d- Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis e levantamento das informações das unidades (entes econômicos) integrantes do cadastro mobiliário da Prefeitura; e
- e- Sistema de Informações Geográficas - SIG.

1.2 Tipo de Licitação: TÉCNICA E PREÇO

1.3 Regime de execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

2 DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

2.1 - Os serviços previstos neste termo deverão ser realizados pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme cronograma físico, sendo:

- 2.1.1 15 (quinze) dias para execução dos serviços de Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- 2.1.2 90 (noventa) dias para o Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- 2.1.3 90 (noventa) dias para a Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 2.1.4 150 (cento e cinquenta) dias para execução dos serviços para Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis – Recadastramento Imobiliário, levantamento das informações das unidades (entes econômicos) integrantes do cadastro mobiliário da Prefeitura e Digitalização dos Croquis; e
- 2.1.5 240 (duzentos e quarenta) dias para execução de todos os serviços e atividades do SIG, sendo:
 - 60 (sessenta) dias para os serviços de fornecimento, implantação de sistemas e treinamento.
 - 180 (cento e oitenta) dias para suporte e manutenção do SIG, após implantação e treinamento, os quais deverão ser prestados em caráter contínuo, podendo ser prorrogado até os limites previstos na legislação (artigo 57, inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993).



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão apresentar propostas as empresas que comprovarem capacidade jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, consoante ao disposto no item 4 e seus subitens.
- 3.2 Apresentar os envelopes, em número de 3 (três), até às 09 horas do dia 25 de JULHO de 2014, à Rua XV de Novembro, 686 – Centro - Pariqueira-Açu - SP, devidamente fechados e rubricados em seus fechos, obedecendo a seguinte identificação:
- ENVELOPE Nº _____ - “_____”**
INDICAÇÃO DO PROPONENTE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014.
DATA: 25 de JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.
- 3.3 O “ENVELOPE Nº 01” deverá conter a documentação referente à “HABILITAÇÃO”, o “ENVELOPE Nº 02” deverá conter a “PROPOSTA TÉCNICA” e o “ENVELOPE Nº 03” deverá conter a “PROPOSTA COMERCIAL”.
- 3.4 Poderão apresentar propostas, as empresas cadastradas na Prefeitura de Pariqueira-Açu e que comprovarem capacidade jurídica, técnica, econômico-financeiro e regularidade fiscal, consoante ao disposto no item 4 e seus sub-itens.
- 3.5 Será sumariamente desqualificado a Licitante que não atender ao estabelecido no item 4 e seus sub-itens.
- 3.6 A presente licitação admitirá a participação de empresas em consórcio, desde que formado por, no máximo, 02 (duas) empresas e que sejam obedecidos os seguintes requisitos durante o processo licitatório e durante o período de cumprimento do contrato.
- a) As empresas consorciadas deverão apresentar instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, com a indicação da empresa líder, que será responsável principal, perante a Prefeitura, pelos atos praticados pelo consórcio, sem prejuízo da responsabilidade das empresas consorciadas.
 - b) Os serviços deverão ser faturados diretamente à Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu por cada empresa consorciada na proporção de sua efetiva execução dos serviços, sendo as faturas encaminhadas por intermédio da empresa líder.
 - c) O consórcio deverá apresentar em conjunto, a documentação individualizada de habilitação de cada empresa, **exceto as relativas aos subitens 4.3, 4.4, 4.18 a 4.25 que podem se complementar.**
 - d) As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados técnicos e sistemas de qualidade para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica.
 - e) Uma empresa não poderá participar da presente licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente.
 - f) Se vencedor, o consórcio fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, o seu registro formal em cartório de títulos e documentos, nos termos do compromisso acima referido.

4 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01

- 4.1 Documento de credenciamento, concedendo ao outorgado amplos poderes para representar o licitante, podendo anuir, transigir ou renunciar a direitos em nome da empresa.
- 4.1.1 Quando a proponente se fizer representar por seu diretor ou um de seus sócios, deverá o mesmo apresentar o Contrato Social da empresa em ORIGINAL ou CÓPIA AUTENTICADA.
- 4.2 O documento de credenciamento deverá ser acompanhado de qualquer documento que identifique o credenciado, diretor ou sócio.
- 4.3 Comprovação de Capital Social Integralizado de, no mínimo, R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), realizado e registrado na Junta Comercial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei.
- 4.4 As empresas de aerolevantamento deverão apresentar **DECLARAÇÃO** de que no ato da assinatura do contato irá apresentar Certificado de Calibração, comprovando a câmara a ser utilizado, fornecido pelo fabricante da câmara aérea, ou por serviço técnico especializado, com data não superior a três anos da abertura dos envelopes desta licitação, sendo que no caso de Consórcio, uma delas, no mínimo, deverá apresentar este atestado.
- 4.5 Registro Comercial, em se tratando de empresa individual.
- 4.6 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.7 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 4.8 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 4.9 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 4.10 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.11 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União, Fazenda Estadual (ICMS) e Fazenda Municipal (Valores Mobiliários), do domicílio ou sede da licitante, através de certidões com prazo de validade de 90 (noventa) dias, salvo se outro prazo for determinado pelo órgão emissor.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

- 4.12 Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social - INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa
- 4.13 Prova de regularidade junto ao F.G.T.S. (Artigo 29, inciso IV).
- 4.14 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E ALTERAÇÕES POSTERIORES. (ARTIGO 31, INSISO I).
- 4.14.1 Será considerada em boa situação econômica-financeira para assumir os compromissos decorrentes da contratação objeto desta licitação, a empresa que apresentar os seguintes índices:
- Índice de Liquidez Geral, utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice **igual ou maior que 1,0** (um).
- Fórmula de ILG =
- $$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$
- Índice de Liquidez Corrente (ILC), utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela proponente segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice **igual ou maior que 1,0** (um).
- $$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \quad \text{ONDE:}$$
- AC= ATIVO CIRCULANTE PC= PASSIVO CIRCULANTE
- Índice de Endividamento (IEN), utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice **menor ou igual a 0,50** (zero vírgula cinco).
- $$\text{IEN} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{AT}} \quad \text{ONDE:}$$
- PC = PASSIVO CIRCULANTE ELP= EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
AT = ATIVO TOTAL
- Obs.-** Os índices exigidos deverão estar demonstrados em folha a parte, devidamente preenchido o valor e sua apuração, com assinatura de profissional competente, devidamente qualificado e com a apresentação do nº do CRC.
- 4.15 Apresentar certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- 4.16 Apresentar declaração de que a empresa não foi declarada inidônea, nem sofreu suspensão do direito temporária de licitar, perante o poder público FEDERAL, ESTADUAL ou MUNICIPAL.
- 4.17 Prova de Registro da Empresa e de seu(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia do estado da sede da licitante – CREA.
- 4.18 Cópia da inscrição no Ministério da Defesa na categoria "A", nos termos do Decreto 2278 de 17/7/97 e portaria n. 637-SC-62/FA-61, de 05/03/98.
- 4.19 Cópia da Portaria outorgada pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), autorizando o funcionamento da empresa de serviços especializados de aerofotogrametria.
- 4.20 Atestado(s) emitido(s) por Órgão ou Entidade Pública ou Privada, em nome da Licitante, devidamente acervado junto ao Conselho Regional da Engenharia e Agronomia – CREA, comprovando ter realizado serviços de natureza semelhante aos exigidos neste Edital, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior ao objeto da presente Tomada de Preços, em pelo menos 1 (um) município, referente aos seguintes trabalhos:
- Vôo Fotogramétrico Colorido com GSD de 10 cm, ou melhor; com no mínimo 16 km²;
 - Apoio Fotogramétrico ou Terrestre;
 - Aerotriangulação;
 - Restituição ou Mapeamento Digital, na escala de 1:1.000;
 - Elaboração de Ortofotocarta Digital na escala de 1:1.000;
 - Reambulação;
 - Recadastramento Imobiliário, em no mínimo 3.000 unidades imobiliárias;
 - Implantação de SIG (Sistema de Informações Geográficas).
- 4.21 As empresas licitantes poderão alternativamente demonstrar a sua capacitação técnica mediante a comprovação de possuírem nos seus quadros permanentes, profissional(is) de nível superior detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente acervado(s) junto ao Conselho Regional da Engenharia, e Agronomia – CREA, por serviços de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior ao objeto da presente Tomada de Preços, observadas as mesmas condições especificadas no item 4.20 de "a" a "i".
- 4.21.1 O(s) profissional (is) de que trata o item acima, deverá (ão) fazer parte do quadro permanente da empresa licitante, na data da licitação, na condição de empregado (não temporário), sócio ou responsável técnico, obrigatoriamente comprovado através de documento pertinente à condição.
- 4.22 Relação da equipe técnica de coordenação e operacional alocada aos serviços, especificados as funções de cada elemento, com comprovação do vínculo permanente com esses técnicos.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

- 4.22.1. Os profissionais indicados para compor a equipe técnica de coordenação e operacional deverão integrar o quadro permanente da licitante, na data da publicação deste edital, na condição de funcionário com vínculo empregatício, responsável técnico, diretor ou sócio, com apresentação da documentação comprobatória da condição. A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da empresa deverá ser feita através do Contrato Social (diretor ou sócio da empresa) ou pela ata da assembléia que elegeu os diretores ou pela certidão de registro / inscrição junto à entidade profissional competente (comprovando a condição de Responsável Técnico perante o CREA) ou pela apresentação do ficha de registro ou Carteira de Trabalho (funcionário com vínculo empregatício), ou ainda, através de outro meio idôneo de vinculação.

4.23 Indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para realização do objeto da Licitação.

4.24 Atestado de Visita Técnica emitido pelo Diretor do Depto. de Obras/Serviços Municipal, atestando que a proponente compareceu à Prefeitura do Município de Paríquera-Açu para tomar conhecimento dos serviços que compõem o objeto da presente Licitação. A visita deverá ser realizada até o dia **24/07/2014** e deverá ser agendada com antecedência pelo telefone: (13) 3856-7100

4.25 Comprovante de Garantia de Proposta, a qual deverá ser recolhida até às 17:00 horas do dia 24 de JULHO 2014, no valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), sob uma das modalidades do parágrafo 1º, do Artigo 56 da Lei 8.666/93. As garantias apresentadas serão restituídas aos licitantes após a publicação do resultado final do certame licitatório, mediante requerimento da empresa. Ficará retida apenas a garantia apresentada pela primeira classificada.

4.26 - As CERTIDÕES que não constem prazo de validade deverão ter sido emitidas a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura desta licitação. (Data da primeira publicação).

5 DA PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE Nº 02

5.1 O "ENVELOPE Nº 02" conterá a Proposta Técnica em duas vias, formulada com clareza, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas e devidamente assinadas pelo representante legal da proponente.

5.2 Deverão constar os seguintes elementos:

5.2.1 Experiência Anterior da Proponente

Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por entidade pública em nome da Licitante, apresentados conforme item 4.20 deste Edital, comprovando a conclusão de: Vão Fotogramétrico Colorido com GSD de 10 cm, ou melhor; Apoio Fotogramétrico ou Terrestre; Aerotriangulação; Restituição ou Mapeamento Digital, na escala de 1:1.000; Elaboração de Ortofotocarta Digital na escala de 1:1.000; Reambulação; Recadastramento Imobiliário; Implantação de SIG (Sistema de Informações Geográficas).

5.2.2 Equipe Técnica – Indicação e Experiência

Relação da equipe técnica da licitante responsável pela coordenação dos estudos, especificada a função de cada elemento. Deverão ser indicados **seis (6)** profissionais que integrarão a seguinte equipe técnica mínima de coordenação:

- a) Um (1) Coordenador Geral do Levantamento Aerofotogramétrico: Qualificação: Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro de Geodésia e Topografia, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º, item I da Resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA) ou Engenheiro Agrimensor;
- b) Um (1) Coordenador do Vão Fotogramétrico: Qualificação: Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro de Geodésia e Topografia, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º, item I da Resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA) ou Engenheiro Agrimensor;
- c) Um (1) Coordenador dos Serviços de Mapeamento Digital e Ortofotocartas: Qualificação: Engenheiro Cartógrafo, ou Engenheiro de Geodésia e Topografia, ou Engenheiro Geógrafo (art. 6º, item I da resolução 218 de 29/6/73 do CONFEA) ou Engenheiro Agrimensor;
- d) Um (1) Coordenador dos Serviços de Elaboração da Planta Genérica de Valores: Qualificação: Engenheiro Civil, ou Arquiteto ou Profissional de nível superior, registrado na entidade profissional competente, devidamente habilitado para exercer a função;
- e) Um (1) Coordenador dos Serviços de Recadastramento Imobiliário: Qualificação: Engenheiro Civil, ou Arquiteto ou Profissional de nível superior, registrado na entidade profissional competente, devidamente habilitado para exercer a função.
- f) Um (1) Coordenador dos Serviços de Desenvolvimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas: Qualificação: Engenheiro Civil, ou Arquiteto ou Profissional de nível superior, registrado na entidade profissional competente, devidamente habilitado para exercer a função.

5.2.2.1. Os profissionais indicados para compor a equipe técnica de coordenação deverão integrar o quadro permanente da licitante, na data da publicação deste edital, na condição de funcionário com vínculo empregatício, responsável técnico, diretor ou sócio, com apresentação da documentação comprobatória da condição. A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da empresa deverá ser feita através do Contrato Social (diretor ou sócio da empresa) ou pela ata da assembléia que elegeu os diretores ou pela certidão de registro / inscrição junto à entidade profissional competente (comprovando a condição de Responsável Técnico perante o CREA ou outra entidade profissional competente) ou pela apresentação do ficha de registro ou Carteira de Trabalho (funcionário com vínculo empregatício), ou ainda, através de outro meio idôneo de vinculação.

5.2.2.2 Deverão se apresentados os respectivos currículos (Modelo Anexo IV), comprovando a experiência para a função indicada de cada profissional.

5.2.3 Plano Geral de Trabalho

Descrição do Plano Geral de Trabalho relativo aos Serviços objeto da presente licitação, considerando a metodologia de execução dos serviços, o planejamento e a programação dos trabalhos, o cronograma executivo e os produtos finais.

No plano de trabalho a licitante deverá indicar, se possuir, seu sistema de gestão da qualidade, acompanhado do certificado correspondente. A falta de apresentação da certificação de gestão da qualidade **NÃO OCASIONARÁ DECLASSIFICAÇÃO da licitante.**

6 DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 03



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

- 6.1 O "ENVELOPE Nº 03" conterá a Proposta Comercial em duas vias, formuladas com clareza, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas e devidamente assinadas pelo representante legal da proponente.
- 6.2 A Proposta Comercial deverá conter:
- 6.2.1 Carta Proposta de Preços (Anexo I.A deste Edital), indicando o Preço Global dos serviços, o prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, declaração de que o preço global proposto engloba todos os custos diretos e indiretos conforme item 6.2.4.
- 6.2.2 Planilha de Serviços e Preços, apresentada conforme o modelo Anexo I.B do presente Edital, com a cotação do Preço Total de cada etapa e o Preço Global da proposta;
- 6.2.3 Cronograma Físico-Financeiro, observando o Anexo I.C do Edital.
- 6.2.4 Os preços discriminados na Planilha de Serviços e Preços deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, seguros, tributos, taxas, tarifas, lucros, ônus fiscais e trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto desta licitação;
- 6.2.5 Os preços dos serviços deverão corresponder aos praticados pelo proponente na data da realização da presente licitação, para pagamento à vista, vedada a inclusão de qualquer expectativa inflacionária ou qualquer forma de compensação financeira, em função das obrigações de pagamento por parte da Prefeitura Municipal de PARIQUERA-AÇU;
- 6.2.6 O preço considerado para fins de julgamento é o Preço Global proposto, não se admitindo proposta que apresentar preço global ou preços unitários irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos.
- 6.2.7 A Prefeitura poderá solicitar à empresa proponente, durante a fase de julgamento, a demonstração da exequibilidade da proposta através da composição dos preços e respectivas justificativas técnicas, que os preços dos insumos e salários são coerentes com os do mercado, o que será analisado pela Comissão Especial de Licitação.
- 6.2.8 As propostas que apresentarem preço global ou preços unitários excessivos ou manifestadamente inexequíveis serão desclassificadas.
- 6.2.9 Não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões ou retificação na proposta de preços, depois de apresentada.
- 6.3 As propostas deverão estar numeradas e rubricadas em todas as suas folhas e assinadas pelo representante legal da proponente com identificação do cargo do assinante.

7

DOS PROCEDIMENTOS

- 7.1 A presente Licitação será processada e julgada pela Comissão Especial de Licitação designada por ato do Prefeito Municipal, com observância dos seguintes procedimentos:
- 7.2 Os representantes das licitantes, devidamente credenciados e no máximo um por empresa, estão convidados a assistir às sessões públicas da Tomada de Preços.
- 7.3 A abertura dos Envelopes contendo: os Documentos de Habilitação; a Proposta Técnica; e a Proposta Comercial, identificados com o nome da proponente, número desta Licitação, data e horário de abertura, será feita em 03 (três) etapas, a saber:
- 7.3.1 **Primeira Etapa:** Abertura do Envelope A - Documentos de Habilitação
- 7.3.2 **Segunda Etapa:** Abertura do Envelope B - Proposta Técnica
- 7.3.3 **Terceira Etapa:** Abertura do Envelope C - Proposta de Preços
- 7.4 Na PRIMEIRA ETAPA os envelopes contendo os "Documentos de Habilitação" serão abertos pela Comissão Especial de Licitação e os representantes credenciados pelas Licitantes, desde que presentes, serão convidados a rubricar os "Documentos de Habilitação" e os envelopes fechados contendo a "Proposta Técnica" e a "Proposta de Preços", bem como a assinar a ata dessa sessão.
- 7.5 Os envelopes "Proposta Técnica" e "Proposta de Preços" serão conservados intactos sob a guarda da Prefeitura durante a análise dos "Documentos de Habilitação".
- 7.6 A Comissão Especial de Licitação poderá desqualificar as Licitantes que não estejam em condições técnicas ou financeiras adequadas para executar os serviços ou que, comprovadamente, não tenham cumprido satisfatoriamente contratos com qualquer órgão público de qualquer esfera de Administração.
- 7.7 Uma vez feita a Habilitação das licitantes e sua divulgação observando-se o prazo de recursos constante na Lei 8666 de 21/06/93, a Comissão Especial de Licitação fará a convocação das mesmas, para uma nova sessão pública, ocasião em que serão abertos os envelopes "Proposta Técnica" das licitantes Habilitadas.
- 7.8 Eventualmente, a Comissão de Julgamento poderá realizar a Habilitação das licitantes na própria sessão. Nesta hipótese, poderá ter seqüência na mesma sessão, a sistemática descrita no sub-item anterior, desde que não haja impedimento e obedecida às formalidades legais.
- 7.9 Na SEGUNDA ETAPA, somente serão abertos os Envelopes "Proposta Técnica" das Licitantes Habilitadas, sendo que os envelopes "Proposta Comercial" dos mesmos permanecerão intactos sob a guarda da Prefeitura Municipal de PARIQUERA-AÇU até a realização da Terceira Etapa conforme item 7.12. Os envelopes "Proposta Técnica" e "Proposta de Preços" das inabilitadas serão devolvidos fechados às respectivas Licitantes, decorrido o prazo de interposição de recurso fixado pela Lei Nº 8666 de 21/06/93, não sendo consideradas as propostas neles contidos.
- 7.10 Abertos os envelopes, os representantes serão convidados a rubricar os Documentos Técnicos e a assinar a ata da sessão.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

- 7.11 Uma vez feita a Avaliação Técnica das Propostas, a Comissão Especial de Licitação fará a convocação das licitantes para uma nova sessão pública após divulgados os resultados da SEGUNDA ETAPA dos trabalhos, ocasião em que serão abertos os envelopes "Proposta de Preços" das licitantes Habilitadas e Classificadas na Etapa Técnica.
- 7.12 Na TERCEIRA ETAPA somente serão abertos os envelopes contendo a "Proposta Comercial" das licitantes classificadas tecnicamente, sendo que os das desclassificadas serão devolvidos fechados às respectivas Licitantes, decorrido o prazo para interposição de recurso do Julgamento das Propostas e adjudicação na citada Lei de Licitações não sendo consideradas as Propostas neles contidas.
- 7.13 Na oportunidade, os representantes serão convidados a rubricar os Documentos Comerciais e assinar a ata de sessão.
- 7.14 As Propostas Técnica e de Preços serão julgadas e classificadas em conformidade com os itens 8, 9 e 10 deste Edital.
- 7.15 O prazo oficial para a Licitante vencedora assinar, aceitar e reiterar o Termo de Contrato será de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação pela Prefeitura da disponibilidade do documento para a respectiva lavratura.
- 7.16 Dos atos de abertura dos envelopes será lavrada ata circunstanciada, assinada pelas Licitantes presentes e pela Comissão Especial de Licitação.

8 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

A Proposta Técnica (Envelope Nº 02) das licitantes habilitadas será examinada pela Comissão Julgadora, que julgará o conteúdo das mesmas quanto aos seguintes aspectos:

- a) Experiência anterior da Proponente, com pontuação máxima de 50 (cinquenta) pontos;
- b) Experiência anterior da Equipe Técnica da Proponente, com pontuação máxima de 30 (trinta) pontos; e
- c) Plano Geral de Trabalho, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.
- d) Sistema de Gestão da Qualidade da Proponente, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.

8.1 Critérios de Pontuação

- EXPERIÊNCIA ANTERIOR **DA PROPONENTE** - 50 PONTOS

A pontuação relativa à experiência anterior da Proponente será fundamentada nos atestados de capacidade técnica apresentados em nome da **Empresa Licitante**, comprovando a realização de serviços de: Voo Fotogramétrico Colorido com GSD de 10 cm, ou melhor; Apoio Fotogramétrico ou Terrestre; Aerotriangulação; Restituição ou Mapeamento Digital, na escala de 1:1.000; Elaboração de Ortofotocarta Digital na escala de 1:1.000; Reambulação; Recadastramento Imobiliário; Implantação de SIG (Sistema de Informações Geográficas):

TABELA N.º 1 - Pontuação de Atestados comprovando a realização de serviços de Recobrimento Aerofotogramétrico com GSD de 10 cm ou melhor - (pontuação máxima = 05 (cinco) pontos)

Quantidade de Atestados	Pontuação
1	1,0
2 à 3	2,5
4 ou mais	5,0

Observações:

1ª) Juntamente com os atestados e os acervos relativos aos serviços de recobrimento aerofotogramétrico, deverão ser juntadas os respectivos comprovantes das licenças de aerolevanteamento expedidas pelo Ministério da Defesa. Caso não sejam juntadas essas licenças, a licitante receberá 50% (cinquenta por cento) da pontuação estabelecida na tabela anterior para os serviços relativos ao aerolevanteamento.

2ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados em cada tópico.

TABELA N.º 2 - Pontuação de Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Restituição Planialtimétrica Digital na Escala 1:1.000. (pontuação máxima = 10 (dez) pontos)

Quantidade de Atestados	Pontuação
1	2,5
2 à 3	5,0
4 ou mais	10,0

Observações:

1ª) Juntamente com os atestados relativos aos serviços de mapeamento planialtimétrico digital, deverão ser juntadas os respectivos comprovantes dos Acervos Técnicos expedidos pelo CREA.

2ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados em cada tópico.

TABELA N.º 3 - Pontuação de Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Ortofotocarta Digital Colorida na Escala 1:1.000. (pontuação máxima = 10 (dez) pontos)

Quantidade de Atestados	Pontuação
1	2,5
2 à 3	5,0
4 ou mais	10,0



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

Observações:

1ª) Juntamente com os atestados relativos aos serviços de mapeamento planialtimétrico digital, deverão ser juntadas os respectivos comprovantes dos Acervos Técnicos expedidos pelo CREA.

2ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados em cada tópico.

TABELA N.º 4 - Pontuação de Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Elaboração / Revisão / Atualização de Planta Genérica de Valores (de Valores Genéricos) (pontuação máxima = 05 (cinco) pontos)

Total de Unidades Imobiliárias	Pontuação por Atestado Acervado
Até 4.000	0,25
Acima de 4.000 até 10.000	0,50
Acima de 10.000	1,25

Observações:

1ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados neste tópico.

TABELA N.º 5 - Pontuação de Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Recadastramento Físico Imobiliário. (pontuação máxima = 10 (dez) pontos)

Total de Unidades Imobiliárias	Pontuação por Atestado Acervado
Até 4.000	0,50
Acima de 4.000 até 10.000	1,00
Acima de 10.000	2,50

Observações:

1ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados neste tópico.

TABELA N.º 6 - Pontuação dos Atestados Comprovando a Realização de Serviços de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Geoprocessamento ou de Sistemas de Informações Geográficas para uso da Administração Pública Municipal (Prefeituras Municipais). (pontuação máxima = 10 (dez) pontos)

Total de Unidades Imobiliárias	Pontuação por Atestado Acervado
Até 4.000	0,50
Acima de 4.000 até 10.000	1,00
Acima de 10.000	2,50

Observações:

1ª) A pontuação será atribuída para, no máximo, 04 (quatro) atestados/acervos, comprovando a execução dos serviços avaliados neste tópico.

- EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA **EQUIPE TÉCNICA** DA PROPONENTE - 30 PONTOS

A experiência anterior da Equipe Técnica será avaliada através do currículo de cada profissional destacado pela Proponente para Coordenar os trabalhos, conforme solicitado no item 5.2.2 deste Edital e Tabela N.º 7 a seguir:

TABELA N.º 7 - Pontuação da Experiência Anterior da Equipe Técnica (pontuação máxima = 30 (trinta) pontos)

Membro da Equipe Técnica Coordenador	Anos de Experiência Específica		
	Até 3	> 3 até 10	> 10
Geral do Levantamento Aerofotogramétrico	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Do Vão Fotogramétrico	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Dos Serviços de Mapeamento Digital e Ortofotocartas	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Dos Serviços de Elaboração da Planta Genérica de Valores	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Dos Serviços de Recadastramento Imobiliário	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos
Dos Serviços de Desenvolvimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas	1 ponto	2,5 pontos	5 pontos

Observações:

1ª) A pontuação será atribuída para cada um dos seis profissionais indicados totalizando, no máximo, 30 (trinta) pontos.

2ª) Para efeito da contagem dos anos de experiência, será considerado o ano e a data em que o profissional integrante da equipe técnica de coordenação iniciou suas atividades em sua área de atuação e coordenação dos serviços.

3ª) Deverão ser anexados os diplomas ou certificados, devidamente reconhecidos no país, comprovando a formação exigida de cada profissional, nos termos do item 5.2.2, letras "a" a "f".

- CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO - 10 PONTOS



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

Cada item do Plano Geral de Trabalho, receberá pontos, conforme Tabela n.º 8 abaixo, sendo pontuada a proposta que atender os requisitos exigidos no subitem 5.2.3 e Anexo II deste Edital. Não serão pontuadas as propostas que não atenderem ou não apresentarem a descrição dos temas solicitados.

TABELA Nº 8 - Pontuação do Plano Geral de Trabalho
(pontuação máxima = 10 (dez) pontos).

Itens do Plano Geral de Trabalho	Pontuação	
	Atende as Especificações	Não Atende / Não Apresentou
Metodologia Geral de Execução	5,00	0
Planejamento, Programação, Cronograma e Produtos Finais	5,00	0
Pontuação Máxima do Item	10,00	

• CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA LICITANTE - 10 PONTOS

Neste item será avaliada a existência na empresa de um sistema de gestão de qualidade para a prestação dos principais serviços licitados, conforme Tabela n.º 09 abaixo, certificado por instituição credenciada pelo INMETRO.

TABELA Nº 9 – Sistema de Gestão da Qualidade
(pontuação máxima = 10 (dez) pontos).

Tópicos da Gestão da Qualidade	Pontuação	
	SIM	NÃO
Empresa com sistema de gestão da qualidade para a atividade de obtenção de bases cartográficas através de aerolevantamentos, elaborado com base na Norma NBR ISO 9001:2008 e certificado por instituição credenciada junto ao INMETRO	10,00	0
Pontuação Máxima do Item	10,00	

8.2 Nota Técnica - NT

8.2.1 A **Nota Técnica** será o resultado do total de pontos obtido das 9 (nove) Tabelas.

8.2.2 A proposta que apresentar **NT** inferior a 60 (sessenta) será considerada desclassificada.

9 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

9.1 A Proposta Comercial (Envelope Nº 03) das proponentes habilitadas tecnicamente serão apreciadas pela Comissão Especial de Licitação que analisarão os preços e demais condições propostos por cada uma das licitantes.

9.2 A Comissão Especial de Licitação verificará os PREÇOS GLOBAIS DOS SERVIÇOS das Propostas Comerciais abertas, atribuindo a cada uma delas uma **NP** (Nota Preço), conforme quadro abaixo:

QUADRO: NP (NOTA PREÇO)

PREÇOS GLOBAIS PROPOSTOS	NOTA PREÇO (NP) ATRIBUÍDA
Menor preço	100
2º Menor preço	95
3º Menor preço	90
4º Menor preço	85
5º Menor preço	80
6º Menor preço	75
7º Menor preço	70
8º Menor preço	65
9º Menor Preço	60

9.2.1 A pontuação máxima atribuída à **NP** (Nota Preço) será de 100 (cem) pontos, e a pontuação mínima exigível será de 60 (sessenta) pontos, sendo desclassificadas as propostas que não alcançarem 60 (sessenta) pontos, ou seja, a partir do 10º (décimo) menor preço global ofertado em diante.

10 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO FINAL

10.1 A nota final será obtida adotando-se a sistemática de média ponderada com peso para Nota Técnica e peso para Nota Preço, conforme fórmula a seguir:

$$NF = \frac{(NT \times 7) + (NP \times 3)}{10}$$

Onde:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

NF = Nota Final
NT = Nota Técnica
NP = Nota Preço

- 10.2 A proponente que obtiver maior Nota Final será considerada a vencedora desta Tomada de Preços, adjudicando-se o Contrato à mesma.
- 10.3 Caso haja empate entre as duas ou mais participantes, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, procederá ao desempate mediante adoção do critério previsto no artigo 3º, § 2º, da LEI FEDERAL Nº 8.666/93, e, caso persista, recorrerá ao sorteio entre elas para escolha da vencedora, nos termos do artigo 45, § 2º, da mesma Lei.
- 10.4 A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, a qualquer momento poderá ouvir o setor competente do DEPARTAMENTO DE OBRAS / SERVIÇOS MUNICIPAIS, para proferir o julgamento deste certame licitatório.
- 10.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, bem como as propostas com preços manifestamente excessivos ou inexequíveis.
- 10.6 Em caso de desistência da primeira classificada, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES poderá convocar as demais licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para substituí-la nas mesmas condições propostas pela primeira adjudicatária, ou revogar a licitação.
- 10.7 Quando houver ausência de participantes, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES poderá efetuar nova publicação do Edital, marcando data e horário para reabertura da licitação, ficando a aquisição do edital à disposição dos interessados.

11 DA CLASSIFICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO, DA ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO.

- 11.1 A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES efetuará a CLASSIFICAÇÃO das propostas, procederá ao respectivo julgamento, encaminhará o processo à autoridade competente para HOMOLOGAR o certame, a seu critério, ADJUDICARÁ o objeto à empresa vencedora, e posteriormente a empresa será convocada para a assinatura do CONTRATO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

12 DAS PENALIDADES

- 12.1 Pela inobservância total ou parcial do Contrato, resultante desta licitação, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARÍQUERA-AÇU aplicará à empresa as seguintes sanções:
- a) MULTA de 2,5% (dois vírgula dois por cento) do valor do Contrato devidamente reajustado no caso de rescisão administrativa por ato ou fato de sua responsabilidade;
 - b) MULTA de 0,10% (zero vírgula dez por cento) do valor do Contrato devidamente reajustado, por dia de atraso na sua execução, de acordo com o prazo estabelecido;
 - c) Demais sanções previstas no artigo 87, da LEI FEDERAL Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, no que couber.
- 12.2 As multas serão pagas no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação escrita, expedida pela PREFEITURA facultando-se a esta descontar seu valor do pagamento devido à Contratada.
- 12.3 A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARÍQUERA-AÇU poderá rescindir o Contrato nos termos do artigo 79, da LEI FEDERAL nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

13 DAS NORMAS TÉCNICAS

- 13.1 Os serviços objeto da licitação serão executados de conformidade com as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, de conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.

14 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 14.1 Os serviços deverão ser executados pela Contratada em conformidade com as especificações técnicas constante do Anexo II deste Edital, obedecendo as normas técnicas estabelecidas no item anterior;
- 14.2 Todas as fases dos serviços serão acompanhadas por uma Comissão Técnica a ser designada pela Prefeitura;
- 14.3 A fiscalização a ser exercida pela Prefeitura através da Comissão Técnica, não eximirá a Contratada da total e indivisível responsabilidade sobre a qualidade dos trabalhos.
- 14.4 Todos os produtos resultantes dos trabalhos a serem executados serão de propriedade da Prefeitura, não podendo os mesmos, serem copiados, reproduzidos ou divulgados sem a sua prévia autorização por escrito;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

15 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Neste processo licitatório só serão admitidos os recursos na forma estabelecida pelo artigo 109 da LEI FEDERAL nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 O compromisso de prestação de serviços só estará caracterizado mediante a assinatura do Contrato, ou instrumento equivalente decorrente desta licitação.
- 16.2 A aceitação da proposta vencedora pela Prefeitura do Município de Paríquera-Açu obriga seu proponente à realização integral do objeto desta licitação, nas condições propostas, não lhe cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, em virtude de seus próprios erros ou omissões.
- 16.3 A Prefeitura do Município de Paríquera-Açu não se obriga a devolver documentos e propostas, mesmo que não vencedoras, salvo em caso de empresas não habilitadas.
- 16.4 Quaisquer modificações, correções ou interpretação dos documentos apresentados, somente serão feitos pela municipalidade mediante a emissão de CARTA CIRCULAR dirigida à todas as empresas que adquiriram o Edital.
- 16.5 Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de depósito bancário, devendo para tanto ser informado o Banco, Agência e Número da Conta Corrente.
- 16.6 Os documentos apresentados nesta licitação deverão estar em nome da executora dos serviços, seja matriz ou filial. Quando filial deverão ser apresentados apenas os documentos relativos a ela, salvo aqueles que por sua natureza forem expedidos pela matriz e válidos para todas as filiais.
- 16.7 As solicitações informações de natureza administrativa e técnica deverão ser endereçadas à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, no DEPARTAMENTO CENTRAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS, à Rua XV de Novembro, 686 – Centro - PARÍQUERA-AÇU - SÃO PAULO, Telefone: (13) 3856-7100 ou (13) 3856-2330, no horário comercial, até 5 (cinco) dias úteis anteriores a data de abertura do Envelope Nº 1.
- 16.8 A presente licitação correrá por conta da:
Unidade Orçamentaria: 01.04.00 – Depto. de Fazenda e Planejamento
Unidade Executora: 01.04.01 – Depto. de Fazenda e Planejamento
Função: 04.123 – Administração Financeira
Projeto: 2006 – Munut. Do Depto. de Fazenda e Planejamento
Classificação Econômica: 3.3.90.39 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
Destinação do Recurso: 0.110.00 - Geral
- 16.9 Este Edital possui 05 (cinco) ANEXOS, denominados:
- I - “PROPOSTA COMERCIAL”
- I A – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL;
- I B – MODELO DE PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS;
- I C – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.
- II - “TERMO DE REFERÊNCIA”
- III - “MINUTA DO CONTRATO”
- IV – “MODELO DE CURRICULA VITAE DOS GERENTES”
- V - “PLANILHA ORÇAMENTÁRIA”

PARÍQUERA-AÇU, 18 de JUNHO de 2014.

JOSE CARLOS SILVA PINTO
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ANEXO I.A – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL

À

Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu - SP.

Ref.: Tomada de Preços N.º 002/2014.

Prezados Senhores,

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa., nossa Proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissão que venham ser verificados na sua preparação.

O **Valor Global** de nossa Proposta, para a presente licitação é de R\$ _____
(_____)

Declaramos que o preço global proposto engloba todos os custos diretos e indiretos, seguros, tributos, taxas, tarifas, lucros, ônus fiscais e trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto da presente licitação.

Na sequência é apresentada a Planilha de Serviços e Preços, com os preços unitários e globais para a realização dos serviços, bem como o Cronograma Físico-Financeiro, com os prazos e respectivos valores de desembolso propostos.

A validade desta Proposta é de 90 (noventa) dias corridos a contar da data da apresentação dos Documentos de Habilitação e Propostas.

Atenciosamente

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

ANEXO I.B - MODELO DE PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS

Item	SERVIÇO	UNID.	QTE.	CUSTO (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	PLANEJAMENTO E PREPAR. DOS TRABALHOS	relatório	1		
2	LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO	KM2	32,18		
3	PLANTA GENCICA DE VALORES	UN	1		
4	ATUAL. DADOS CADASTRAIS DOS IMÓVEIS				
4.1	Recadastramento Imobiliário	U.I.	6.100		
4.2	Digitalização dos Croquis dos Imóveis	U.I.	6.100		
5	SIG				
5.1	Aplicativo de Gestão SIG	aplicativo	1		
5.2	Software GIS	licença	1		
5.3	Treinamento de Usuários Software GIS	usuário	2		
5.4	Suporte e Manutenção do Aplicativo de Gestão	mês	6		
TOTAL					

Local e Data (Dia, Mês e Ano)
Nome da Proponente e Nº do CNPJ
Carimbo e Assinatura do Representante Legal



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÍQUERA-ACU

ANEXO I.C – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

Serviço	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	18
PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO												
LEVTO AEROFOTOGRAFÉTRICO DIGITAL												
PLANTA DE VALORES GENÉRICOS												
RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO / MOBILIÁRIO												
SISTEMA DE INFS. GEOGRÁFICAS												

Local e Data (Dia, Mês e Ano)

Nome da Proponente e n.º do CNPJ
Carimbo e Assinatura do Representante Legal



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-ACU

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/14

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TEXTO DO TERMO DE REFERÊNCIA TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA ENVOLVENDO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO, ELABORAÇÃO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES, ATUALIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS IMOBILIÁRIAS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-ACU– SP.

1. OBJETO

Constitui objeto do presente a prestação de serviços especializados na área de engenharia para o “**Levantamento Aerofotogramétrico, Elaboração de Planta Genérica de Valores, Atualização de Dados e Informações Cadastrais Imobiliárias e Sistema de Informações do Município de Pariqueira-Açu - SP**”, compreendendo a realização das seguintes tarefas:

- 1ª Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- 2ª Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- 3ª Restituição Fotogramétrica até o Nível de Quadra (Meio-Fio)
- 4ª Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 5ª Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis, Levantamento das informações das unidades (entes econômicos) integrantes do cadastro mobiliário da Prefeitura
- 6ª Sistema de Informações Geográficas - SIG.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DOS TRABALHOS

Nesta fase, será elaborado um plano de trabalho onde conste:

- a) Metodologia de execução dos trabalhos.
- b) Cronograma físico de execução.
- c) Preparação do material básico, composto de mapas, planilhas e envelopes:
- d) Elaboração das planilhas para levantamento em campo.

2.2 LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO DE ÁREAS URBANIZADAS

Com aeronave devidamente homologada nos órgãos competentes – Agência Nacional de Aviação Civil e Ministério da Defesa – deverá ser realizado o recobrimento aerofotogramétrico para obtenção de fotografias aéreas digitais com resolução espacial no terreno (GSD) de 10 cm ou melhor e elaboração de ortofoto digital e mapeamento planimétrico com precisão na escala 1:1.000 – PEC Classe A, em área de 32,18 km² localizada na mancha urbana do Município de Pariqueira-Açu, SP. Tal recobrimento aéreo deverá ser feito utilizando-se sistema de posicionamento inercial e receptor Global Navigation Satellite System (GNSS) de dupla frequência.

Os serviços de mobilização compreendem o planejamento prévio das operações, instalação e mobilização de equipamentos, instrumentos, materiais e mão de obra, aferição e calibração dos instrumentos, bem como a operacionalização dos trabalhos.

Deverá ser apresentada à Prefeitura toda a documentação comprobatória de que a Empresa Contratada está devidamente autorizada para a prática de aerolevantamento, tais como:

- Cópia da Portaria outorgada pela ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, antigo DAC (Departamento de Aviação Civil), autorizando o funcionamento da empresa de serviços especializados de aerofotogrametria, conforme determina o Decreto n.º 5.731 de 20/03/2006.
- Cópia da inscrição no Ministério da Defesa na categoria “A”, nos termos do Decreto 2278 de 17/7/97 e portaria n. 637-SC-62/FA-61, de 05/03/98;
- Câmera aerofotogramétrica digital compatível com os produtos especificados, com atestado de calibração da câmera aérea de no máximo três anos entre a data de aferição e a data da deste edital;
- Sistema de tratamento de imagens com recursos do tipo: ajuste radiométrico, níveis de contraste, tonalidade, homogeneização das imagens, recursos de mosaicação manual/automática, recurso para geração de imagens Geotiff, entre outros.
- Sistema dedicado a correções e processamentos fotogramétricos, com recursos do tipo: orientações, aerotriangulação (medição e cálculo), retificação e reamostragem (geometria epipolar) e geração de ortofotos, entre outros.

A aeronave para atender estes serviços deverá ser mobilizada e alocada para os serviços, em aeroporto homologado mais próximo da área a ser recoberta.

É de responsabilidade da Empresa Contratada a instalação e mobilização de todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas, utensílios e mão de obra necessárias à completa e perfeita execução dos serviços aqui descritos.

É de responsabilidade da Empresa Contratada a obtenção de licenças, inclusive junto ao Ministério da Defesa, e autorizações dos proprietários para entrada nas propriedades caso haja esta necessidade.

Deverá ser utilizado um sistema de tomada de fotos aéreas verticais com dispositivos automatizados que evitem o arraste das fotografias.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

Deverá ser utilizado um dispositivo de geocodificação do centro fiducial da foto com as coordenadas na projeção UTM obtidas em tempo real com rastreadores de satélites em terra e a bordo da aeronave (vôo apoiado).

Durante a realização do aerolevantamento deverão ser registrados as orientações e posicionamentos da aeronave por meio de uma unidade de mensuração inercial (IMU – Inertial Measurement Unit), com precisão em ω , ϕ e κ melhores que 0,01° e sistema de posicionamento global por satélites (GNSS) com receptores L1/L2, de modo que viabilize a determinação precisa e acurada dos Parâmetros de Orientação Exterior (EOP – Exterior Orientation Parameters) de cada imagem aérea adquirida.

Deverá ser considerada uma superposição lateral de pelo menos 30% (entre faixas de vôo e de 60% de superposição longitudinal).

A câmera deverá possuir resolução geométrica mínima do sensor de 6 μ m;

Não serão admitidas técnicas de interpolação para obtenção das resoluções espacial e espectral, isto é, o pixel de 10 cm (dez centímetros) deverá ser coletado diretamente com esta resolução e não por fusão, não sendo admitidas técnicas de interpolação para aumentar a resolução nativa da imagem como, por exemplo: Interpolação da resolução radiométrica de 12 bits a partir de uma resolução original de 8 bits e Interpolação de resolução geométrica de 10 μ m a partir de uma resolução original de 15 μ m;

Não será permitido o processo de reamostragem, pan-sharpening ou fusão de imagens a partir do canal pancromático para a obtenção das imagens ou canais espectrais azul, verde e vermelho (RGB);

Os produtos gerados com as imagens adquiridas com pixel de 10 cm, ou melhor, deverão atender ao Padrão de Exatidão Cartográfica A (PEC A) para a escala de 1:1.000.

Nos limites da área fotografada e sempre que uma faixa de vôo for interrompida, deverá ser garantido um recobrimento equivalente a três exposições, o mesmo se aplicando quando da mudança de direção dos segmentos de uma faixa para outra.

O ângulo de rotação horizontal entre exposições consecutivas deve ser mantido o menor possível, sendo admitida como tolerância média por faixa de três graus e, em casos isolados, de 8 (oito) graus, no máximo.

A inclinação do eixo ótico da câmera será inferior a três graus por foto e inferior a dois graus na média por faixa.

O produto final entregue pela Empresa Contratada deverá estar, no máximo, com até 10% de cobertura de nuvens. No caso da entrega intermediária de produto com cobertura de nuvens acima de 10 %, estes deverão ser substituídos até o final do contrato.

Deverá ser realizado recobrimento aerofotogramétrico colorido (RGB), com resolução espacial no terreno de 10 cm ou melhor, com recobrimento longitudinal mínimo de 60% (sessenta por cento) e lateral de 30% (trinta por cento).

O padrão cartográfico para todos os produtos é o sistema geodésico de referência SIRGAS2000, sistema de projeção cartográfica Universal Transversa de Mercator – UTM e altitudes referidas ao marégrafo de Imbituba.

A determinação das coordenadas dos Pontos de Controle Terrestre será realizada com o uso de receptores de sinais de satélite GNSS - Global Navigation Satellite Systems. Deverão ser utilizados vértices da rede geodésica fundamental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tipo SAT.

Os equipamentos receptores GNSS geodésicos deverão ser capazes de trabalhar de forma diferencial, rastreando Código e Portadoras (L1 e L2), com cálculo pós-processado compatível com a escala 1:1.000.

Para obtenção de altitudes ortométricas a partir de dados dos receptores GNSS deverá ser utilizado o programa MAPGEO2010 ou solução que ofereça melhores resultados, desde que disponibilizada pelo IBGE para conversão das altitudes de geométrica (Elipsoidal) para ortométrica (Geoidal). Qualquer irradiação simples para obtenção de coordenadas de Pontos de Controle Terrestre, inerente a apenas uma linha de base GNSS, deverá ter como origem a rede fundamental de 1ª. Ordem do IBGE, tipo SAT.

As linhas de base calculadas nos rastreamentos GNSS deverão respeitar o limite de extensão não superior a 100 km.

Para cálculo de Pontos de Controle Terrestre, deverão ser utilizados processamentos em dupla frequência (L1 + L2) com limite de linha de base de 100 km. Em todos os casos, a precisão tridimensional resultante das coordenadas, deverá ser melhor que 10 cm.

A aerotriangulação deverá ser executada por método analítico ou semi-analítico, por feixe ou modelos independentes, para adensamento dos pontos de apoio planialtimétrico.

A Empresa Contratada deverá entregar o produto de aerotriangulação contendo relatório técnico, mapa geral de localização dos pontos de aerotriangulação e listagem das coordenadas com os respectivos desvios.

O processamento digital das fotografias aéreas deve ser realizado com software apropriado, para a subsequente equalização de cores, sem a utilização de ferramentas que alterem a geometria da imagem, tais como copiar/colar e clonagem. As distorções geométricas e diferenças de tonalidades deverão ser minimizadas com a utilização de imagens de toda a área imageada, inclusive as de superposição.

As ortofotos digitais deverão ser ortorretificadas utilizando o Modelo Digital de Terreno – MDT (obtido a partir do recobrimento aerofotogramétrico) de forma a obter, no mínimo, a escala de precisão 1:1.000, Classe A do Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC/A), constante no Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984.

2.3 RESTITUIÇÃO FOTOGRAMÉTRICA ATÉ O NÍVEL DE QUADRA (MEIO-FIO)

A partir dos pares estereoscópicos obtidos na aerotriangulação, deverá ser feita a restituição estereofotogramétrica planimétrica digital com precisão na escala 1:1.000, de feições identificáveis nas fotografias aéreas e organizadas por níveis de informações de forma a permitir em qualquer instante a recuperação combinada ou isolada de quaisquer delas, com registros em unidade métrica, com duas casas decimais, através do emprego de estações fotogramétricas digitais.

O sistema de projeção a ser utilizado será o UTM – Universal Transversa de Mercator, e a aquisição de dados poderão ser feita com software compatível, de modo que permita que os diversos níveis sejam apresentados ao final.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

Para a área de abrangência urbana (10 km²) deverão ser restituídos todos os elementos naturais e artificiais, visíveis e fotointerpretables nas imagens digitais e compatíveis com a escala do mapeamento (1:1.000), representados na relação abaixo:

- Rodovias Estaduais e Municipais, Ferrovias, Eixo de Logradouros, Caminhos, quadras (meio-fio) e Alinhamento Predial;

Os arquivos gráficos oriundos da restituição fotogramétrica deverão ser editados e preparados para a impressão e, para a sua posterior integração a sistema de geoprocessamento, com estruturação topológica, devendo os arquivos gerados ser submetidos à verificação de consistência quanto a:

- Conectividade de elementos gráficos contínuos;
- Continuidade de elementos gráficos;
- Fechamento de polígonos;
- Retirada de duplicidade de elementos;
- Verificação da adequação de níveis;
- Integridade física dos arquivos.

2.4 ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Serão realizados serviços de avaliação e pesquisa imobiliárias, para o total de 6.100 (seis mil e cem) unidades imobiliárias cadastradas na Prefeitura Municipal e sujeitas ao lançamento de IPTU, objetivando a definição dos novos valores unitários fiscais de terrenos e edificações que formarão a base de cálculo do referido tributo, compreendendo:

- pesquisa no mercado local sobre a valorização imobiliária no município, para levantamento dos preços dos lotes urbanos;
- determinação do custo de reposição das edificações de acordo com tipo e padrão de acabamento, mediante pesquisas em publicações especializadas;
- levantamento técnico sobre a infra-estrutura urbana instalada, uso e ocupação do solo no município, com reflexo na valorização dos terrenos;
- homogeneização e tratamento dos valores pesquisados;
- fixação dos valores básicos de mercado para os terrenos e edificações sujeitos ao lançamento do IPTU;
- a avaliação de valores deverá atender ao preconizado pela Norma Brasileira da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre avaliação de imóveis, bem como as normas publicadas pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia;
- apuração simulada dos valores venais e do IPTU para o próximo exercício fiscal e confrontação dos mesmos com os preços atualmente praticados pela Prefeitura;
- submissão dos estudos à apreciação, avaliação e ajustes da Prefeitura, para definição dos valores fiscais a serem praticados;
- elaboração do relatório técnico final sobre os estudos realizados, com a proposta final da PGV.

2.5 - ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DOS IMÓVEIS

2.5.1 Recadastramento Imobiliário

O trabalho consiste em conferir “in loco”, levantar e corrigir, os dados e informações relativas aos imóveis que integram o cadastro imobiliário de Paríquera-Açu, para uma quantidade estimada de 6.100 (seis mil e cem) unidades imobiliárias.

Para a atualização dos dados imobiliários, cuja exatidão é fundamental ao lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e territorial Urbana - IPTU, serão cumpridas as tarefas a seguir:

- a) *vistoria técnica dos imóveis para a avaliação dos dados físicos dos terrenos e características construtivas das edificações, compreendendo os seguintes elementos a serem analisados:*
- Dados dos terrenos:
 - testadas,
 - dimensões,
 - área,
 - muro e passeio,
 - situação, e
 - posição;
 - Características das edificações:
 - área da edificação,
 - área dependências,
 - utilização,
 - ocupação,
 - tipo da construção,
 - posição,
 - situação da construção,
- b) *vistoria técnica para avaliação de dados sobre a classificação e estado de conservação das edificações existentes;*
- c) *os dados correspondentes aos serviços de pesquisa e vistoria deverão ser coletados em campo através de coletores digitais eletrônicos;*
- d) *mensuração das dimensões das edificações existentes e cálculo ou recálculo das respectivas áreas edificadas e mensuração para conferência das dimensões e áreas de todos os lotes com características e dimensões urbanas, mediante o uso de trena;*
- e) *desenho técnico ou atualização do “croquis” analógico dos imóveis, representado em planta, e com as medidas das edificações e suas amarrações nos lotes;*
- f) *conferência dos dados jurídicos sobre a unidade imobiliária: nome do proprietário, endereço e domicílio fiscal;*



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

- g) conferência das inscrições cadastrais (códigos dos imóveis) de todas as unidades imobiliárias;
- h) preenchimento dos boletins de coleta de dados;
- i) armazenamento dos dados atualizados em meio magnético;
- j) As medidas dos terrenos e edificações deverão ser expressas em metros e com uma casa decimal;
- k) Coleta automática das fotos frontais das unidades imobiliárias, com uso de coletor eletrônico;
- l) O material da coleta passará por controle de qualidade, consistência e triagem no escritório da proponente.

2.5.2 Digitalização dos Croquis dos Imóveis

Prestação de serviços especializados na área de desenho técnico e digitalização dos "croquis" de 6.100 (seis mil e cem) unidades imobiliárias, constantes do cadastro imobiliário, em escala, utilizando-se o "Software - CAD", observando-se o estabelecido a seguir:

- a) A partir do desenho preliminar existente no verso do boletim do cadastro imobiliário, serão digitalizados os seguintes elementos relativos aos imóveis constantes do cadastro da Prefeitura:
 - A geometria e dimensões do lote;
 - A geometria e dimensões da área construída;
 - Alinhamento;
 - Testada Principal, contendo indicação do logradouro e número predial existente;
 - digitalização dos textos com as medidas do terreno e edificação(ões);
 - digitalização do texto com a inscrição cadastral imobiliária;
 - Indicação do uso da edificação, com tipologia a definir.
- b) Conferência dos elementos digitalizados, na qual proceder-se-á a conferência visual dos mesmos, a edição final e a retificação dos dados incorretos;
- c) Os croquis, em sua forma final, serão entregues em formato "DWG" e produzidos em *software CAD*, sendo, em princípio organizados segundo Setor / Quadra, ou em pasta única, conforme conveniência da Prefeitura;
- d) Os croquis serão elaborados de forma a permitir sua rápida plotagem em escalas usualmente adotadas em engenharia: 1:250, 1:500, 1:1000 onde, além de sua definição gráfica, estarão contidos os elementos cadastrais correspondentes ao Boletim de Campo.

2.6. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIG

2.6.1 – Aplicativo de Gestão SIG

O **Aplicativo de Gestão** do Sistema de Informações Geográficas da Prefeitura deve ser uma aplicação de tecnologia aberta, orientada a objetos, baseada no Windows, com arquitetura Cliente/Servidor, desenvolvido em linguagens de mercado.

a) Plataforma

O software a ser fornecido deverá suportar os padrões para ambientes de plataformas de baixo custo, e seus sistemas operacionais nativos, especificamente o Windows.

b) Características Técnicas

Deverá ser fornecido um software aplicativo objetivando:

- Apoiar atividades ligadas a geoprocessamento, SIG e projetos públicos de maneira simples, eficiente e ágil;
- Disponibilizar elementos georreferenciados pelas várias áreas da Secretaria,
- Democratizar e facilitar o acesso às informações e dados do município,
- Concentrar informações disponíveis em arquivos e locais distintos e normalmente não relacionados;
- Direcionar e racionalizar as ações relativas à coleta, tratamento, armazenamento e manutenção de dados cadastrais;
- Possibilitar operação por qualquer usuário autorizado, dispensando conhecimento aprofundado sobre programas CAD ou GIS;
- Simplificar o processo de busca e consultas aos dados dos núcleos habitacionais.

O **Aplicativo de Gestão** deve ser um aplicativo de navegação, organização, consulta, pesquisa e tabulação de dados disponíveis numa base espacial georreferenciada e numa base alfanumérica.

O **Aplicativo de Gestão** deve conter três funções principais:

- 1ª - possibilitar a identificação dos dados alfanuméricos, a partir da localização de um lote na base espacial;
- 2ª - possibilitar a identificação na base espacial, a partir de dado alfanumérico de um lote (inscrição, proprietário ou endereço);
- 3ª - possibilitar a criação de mapas temáticos pelo próprio usuário, a partir de uma consulta em determinado campo de arquivo constante do banco de dados alfanumérico.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

O Aplicativo de Gestão deve possuir as seguintes características operacionais, especificações e funcionamento:

Multiusuário - passível de consultas através de qualquer terminal da rede local ou remota, localizado em qualquer ponto do Paço Municipal, através de protocolo de comunicação TCP/IP;

Possuir ferramentas para criação e realização de pesquisas personalizadas, definidas pelo usuário, no banco de dados alfanuméricos;

Permitir consultas às imagens de documentos e fotos associados ao imóvel, (fotos, fichas cadastrais, croquis, processos administrativos, etc.);

Permitir a construção e emissão pelo usuário final de mapas temáticos para os diferentes fins da Administração Municipal;

Exibir de modo integrado os dados gráficos (espaciais), alfanuméricos e imagens de forma transparente ao usuário;

Possuir interface gráfica e suportar os principais gerenciadores de Banco de Dados Relacionais;

Suportar ambiente operacional Windows98/NT/2000 e plataforma operacional INTEL.

Do ponto de vista operacional, o **Aplicativo de Gestão** deve dispor de:

a) Quanto a manipulação de imagens:

b) Ferramentas personalizadas para a realização de pesquisas e localização dos arquivos de imagem, através dos códigos de unidades imobiliárias.

c) Controles básicos para a manipulação das imagens, escala e posicionamento da visualização (Zoom e Pan).

- Integração e navegação, transparente ao usuário a outros módulos do sistema (módulo espacial e alfanumérico).

• Quanto a manipulação de dados espaciais

- Controles de escalas e posicionamento da visualização dos dados. (aumento, diminuição e posicionamento da visualização / Zoom e Pan).

- Visualização de atributos espaciais (códigos, áreas, perímetro, etc.).

- Ferramentas personalizadas para a realização de pesquisas (por códigos, nome, etc...).

- Elaboração e impressão de mapas temáticos personalizados nos quais a simbolização das feições (símbolo, espessura de linhas, tamanho, cores, etc.) são decorrentes de atributos associados às feições.

- Integração e navegação, transparente ao usuário para outros módulos do sistema (módulo imagens e alfanumérico).

- Controle sobre camadas de informação (layers).

- ligar/ desligar

- cores

- rótulos

• Quanto a Manipulação dos Dados Alfanuméricos

- Pesquisa por diferentes chaves de acesso (ex.: código, nome do proprietário, denominação do logradouro).

- Pesquisa por chave de acesso particionada (ex.: início do nome do logradouro, parte do nome do proprietário, parte da inscrição).

- Visualização na tela das possíveis opções para os campos de múltipla escolha.

- Integração e navegação, transparente ao usuário, a outros módulos do sistema (espacial e imagens) e outras telas do módulo alfanumérico.

2.6.1.1 – Implantação e Treinamento do Aplicativo de Gestão

a) Implantação do Aplicativo de Gestão: deverá abranger as tarefas descritas a seguir:

- Diagnóstico do ambiente de informações e equipamentos do município, voltados para a implementação do **Aplicativo de Gestão**;

- Identificação do ambiente de informações atuais do município (ambiente de automação existente, conteúdo e estrutura das bases de dados);

- Necessidades de adequação das informações existentes para alimentação inicial das bases de dados do aplicativo;

- Entrega e instalação e configuração inicial do **Aplicativo de Gestão**;

- Conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos novos sistemas licitados

- Estruturação e alimentação inicial / migração das informações para a base de dados do **Aplicativo de Gestão**;

- O acompanhamento do uso inicial Aplicativo de Gestão se dará por período necessário ao pelos usuários da operacionalidade do mesmo.

b) Treinamento de Pessoal

Visando à capacitação dos servidores municipais, será fornecido treinamento para operação do **Aplicativo de Gestão**.

Deve ser ministrado um curso prático aos servidores municipais, nas dependências da Prefeitura, objetivando o conhecimento e utilização dos recursos oferecidos pelo sistema.

O treinamento será ministrado em datas a serem fixadas em conjunto entre a empresa fornecedora e a Prefeitura.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

O treinamento do Aplicativo de Gestão, deverá estar estruturado de forma a capacitar os usuários na:

- ✓ Operação do aplicativo;
- ✓ Segurança dos dados (orientação sobre “backups” e guarda dos mesmos);
- ✓ Segurança de acesso (administração de senhas);
- ✓ Configuração do aplicativo;
- ✓ Uso dos recursos do aplicativo.

2.6.2 – Fornecimento de Software GIS

O software a ser fornecido para edição de dados gráficos deve possuir módulos e aplicações integradas de geoprocessamento, devendo possuir as seguintes especificações:

- Características Principais do Software

O software deve apresentar as seguintes possibilidades:

- organização taxonômica de feições geográficas e atributos associados, em classes de objetos, denominados layers ou temas. Estes layers devem ser compostos por feições vetoriais, imagens, desenhos CAD, superfícies altimétricas, estruturas celulares, dados topográficos, etc.
- representar fenômenos geográficos, utilizando o conceito de geometria compartilhada, possibilitando a representação de eventos dinâmicos pontuais, lineares e poligonais, sobre geometrias existentes, sem a necessidade de alterar fisicamente a feição geométrica de suporte (Dynamic Segmentation).
- utilizar feições multipartes (envolvendo o agrupamento de feições individuais em um conjunto integrativo) resultando em um conjunto integrado de pontos, linhas e polígonos para efeito de operações de geoprocessamento.
- utilizar o conceito de dimensões associado às coordenadas posicionais x,y,z das feições, permitindo a introdução deste elemento adicional na tríade anterior de coordenadas, obtendo-se uma representação (x,y,x,d). Esta dimensão deve representar medidas de qualquer natureza, a exemplos de distâncias em relação a uma origem, distâncias em relação a uma outra feição (cotas de desenho).
- representar e manipular dados em formato CAD, a saber: DGN, DXF, DWG sem a necessidade de importação e conversão.
- representar e manipular dados em formato RASTER, a saber:
 - 7 IMG
 - 8 GEOTIFF
 - 9 MrSID
 - 10 GIF
 - 11 JPEG
 - 12 BMP
- representar dados em formatos de células, as quais, em relação ao formato raster, deve apresentar a característica de utilizar o seu valor dominante como chave para conexão com tabelas relacionais de atributos.
- capacidade de gerenciar as seguintes estruturas:
 - Estruturas raster de valores inteiros com algoritmos de compressão;
 - Estruturas raster de valores de ponto flutuante.
- suporte para valores completos de coordenadas UTM em metro (pares de coordenadas X e Y) com resolução de até 2 casas decimais sem perda de precisão.
- Deve possuir módulo de captação e edição de dados georreferenciados, envolvendo qualquer tipo de entrada de dados associados a elementos georreferenciados, assim como o pré-processamento para a entrada destes dados.

Edição de Feições e seus Atributos

Nesse particular o software deve apresentar as seguintes características:

- adição, edição e remoção de elementos representados por pontos, linhas e polígonos e textos gráficos, bem como a edição integrada dos respectivos atributos.
- construção de feições a partir de diferentes métodos: fornecimento de coordenadas x,y,z; distância, ângulos.
- edição de múltiplos layers simultaneamente.
- criação e edição de feições lógicas (eventos / segmentos) em ambiente de geometria compartilhada (dynamic segmentation).

Importação de Dados Vetoriais

A solução deve suportar a importação/exportação dos seguintes formatos vetoriais de dados: DGN, DWG, DXF, MaxiCAD (.SEQ), SHAPEFILE, COVERAGE.

Deve suportar a importação dos seguintes formatos de dados vetoriais: SDTS, AGF, MIF.

O sistema deve importar, acessar e utilizar diretamente, dados vetoriais compatíveis com o GIS (Open GIS Consortium) Simple Feature.

Importação/Exportação de Dados Celulares ou Raster

Deve suportar a importação dos seguintes formatos de dados raster: TIFF, JPEG, MrSID, GIF, BMP.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

Possibilidade de importação/exportação de dados raster nos seguintes formatos: RLC (Run Length Compressed) BIP (Band Interleaved by Pixel), BILL (Band Interleaved by Line) SDTS/Raster, PNG.

Dados Alfanuméricos

A solução deve possibilitar a importação de:

- dados tabulares em formato SDF, DBF, Excel/xls.
- tabelas oriundas de banco de dados relacionais via ODBC.

O sistema possibilitará o “join” dinâmico, “on the fly”, com tabelas armazenadas em diferentes gerenciadores de bancos de dados.

Edição de Imagens

O software deverá possuir:

- recursos para edição de imagens, como correção de distorções, eliminação de ruídos e filtragens.
- recursos para o georreferenciamento de imagens.
- retificação de imagens a partir do georreferenciamento mencionado no item anterior.

Produção Cartográfica

Todas as operações de edição que operam no ambiente de criação de mapas devem operar indistintamente em ambiente de criação de layout para exibição e plotagem (página de layout).

2.6.3 – Treinamento de Usuários – Software GIS

Será ministrado um curso que fornecerá ao servidor treinamento em conceitos sobre como implantar um Sistema de Informação Geográfica, fornecendo critérios para que o mesmo tenha sucesso. Capacitará o usuário a operar o CAD com um Sistema de Informação Geográfica, permitindo cadastrar seus mapas com conexão com banco de dados xBase, Informix, Oracle ou ODBC, de forma a poder realizar pesquisas temáticas junto aos mapas.

Destinado a usuários que desejem iniciar a implantação de um SIG.

Ao completar o curso o servidor terá conhecimento dos conceitos SIG e habilidade para início de uma implantação na organização

Carga Horária Estimada: 40 horas.

Servidores a serem capacitados: 02 (dois).

2.6.4 - Suporte e Manutenção do Aplicativo de Gestão

Implantado o Aplicativo de Gestão, deverão ser iniciados os serviços ao suporte e manutenção do programa, com a duração prevista de **06 (seis) meses**.

Esta atividade deverá compreender:

- Manutenção preventiva e corretiva do aplicativo,
- suporte ao usuário para solução de dúvidas, ocorrências de problemas não previstos e adequação de configuração;
- fornecimento e instalação de versões atualizadas ou das evoluções tecnológicas do aplicativo, decorrentes de atendimento de atributos desejáveis antes não contemplados;
- Assessoria técnica aos funcionários da Prefeitura nas operações de rotina do programa.

Considera-se alteração do **Aplicativo de Gestão**, não coberta pela Manutenção, e que somente serão executados com autorização prévia da contratante, mediante aprovação de orçamento apresentado pela empresa a ser contratada:

- a) Mudanças de qualquer natureza em programa e/ou rotina já definidos e elaborados para atender as necessidades da contratante, após a aceitação do termo de implantação, considerando-se como referência inicial os descritivos propostos no presente termo;
- b) Prestar treinamento adicional do pessoal da contratante, em função de remanejamento de técnicos/usuários em seu quadro de pessoal;
- c) Outras tarefas solicitadas e não cobertas pela Manutenção.

3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Os serviços previstos neste termo deverão ser realizados pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme cronograma físico, sendo:

- a- 15 (quinze) dias para execução dos serviços de Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- b- 90 (noventa) dias para o Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- c- 90 (noventa) dias para a Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- d- 150 (cento e cinquenta) dias para execução dos serviços para Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis – Recadastramento Imobiliário/Mobilário e Digitalização dos Croquis; e
- e- 240 (duzentos e quarenta) dias para execução de todos os serviços e atividades do SIG, sendo:
 - 60 (sessenta) dias para os serviços de fornecimento, implantação de sistemas e treinamento.
 - 180 (cento e oitenta) dias para suporte e manutenção do SIG, após implantação e treinamento, **os quais deverão ser prestados em caráter contínuo**, podendo ser prorrogado até os limites previstos na legislação (**artigo 57, inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993**).

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

SERVIÇO	PRAZO (DIAS)											
	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360
1- Planejamento e Preparação												
2 – Levantamento Aerofotogramétrico												
3 – Elaboração da Planta Genérica de Valores												
4 – Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis												
5 – SIG												

4. PRODUTOS

Como resultado de todos os trabalhos previstos deverão ser entregues à Prefeitura os seguintes produtos:

4.1 DO PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DOS TRABALHOS

Neste serviço será entregue o seguinte produto:

- Relatório detalhado com o plano de trabalho.

4.2 DO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAF MÉTRICO DE ÁREAS URBANIZADAS

- 4.2.1 Plano de Vão Impresso
- 4.2.2 Plano de Vão em formato digital DWG.
- 4.2.3 Fotos Digitais (Coleção de fotos aéreas digitais coloridas, Padrão RGB, organizadas por faixa de voo em formato de gravação JPG com arquivo auxiliar JGW).
- 4.2.4 Fotoíndice
- 4.2.5 Impresso em forma de relatório, representando as faixas e fotos obtidas no recobrimento aerofotogramétrico.
- 4.2.6 Arquivo em formato digital GeoTiff com arquivo auxiliar TFW.
- 4.2.7 Apoio Básico e Suplementar
- 4.2.8 Monografias de todos os marcos de apoio fotogramétrico básico.
- 4.2.9 Listagem de coordenadas ajustadas de todos os pontos do apoio suplementar.
- 4.2.10 Ortofoto Digital com resolução de 10 cm, recortadas conforme articulação da escala 1:1.000, coloridas, georreferenciadas, em formato digital GeoTiff com arquivo auxiliar TFW.
- 4.2.11 Um mosaico digital abrangendo toda a área do projeto, colorida, georreferenciada, com resolução de 30 cm, no formato GeoTIFF com arquivo auxiliar TFW.
- 4.2.12 Um arquivo digital da articulação da escala 1:1.000 em formato de banco de dados.

4.3. DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

- 4.3.1 Ao final do trabalho será entregue a minuta de lei contendo os valores dos terrenos e edificações da nova Planta Genérica de Valores.

4.4 DA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DOS IMÓVEIS.

4.4.1 A cada 30 (trinta) dias do início do serviço, será entregue Mídia Eletrônica contendo as informações atualizadas em campo dos imóveis integrantes do cadastro imobiliário, constantes dos boletins de coleta de dados e os arquivos magnéticos dos croquis dos imóveis digitalizados.

4.5 DO SIG

4.5.1 - Aplicativo de Gestão SIG

- até 150 (cento e cinquenta) dias do início dos serviços, 01 cópia do aplicativo de Gestão SIG, incluindo instalação e testes do sistema.
- até 180 (cento e oitenta) dias do início dos serviços, treinamento do pessoal da Prefeitura sobre as funções do sistema de gestão.

4.5.2 -Software GIS e Treinamento

- até 180 (cento e oitenta) dias do início dos serviços, 01 licença do aplicativo GIS.
- até 210 (duzentos e dez) dias do início dos serviços, treinamento do pessoal da Prefeitura.

4.5.3 - Suporte e Manutenção do Aplicativo de Gestão

- Por 180 (cento e oitenta) dias, em caráter contínuo, suporte e manutenção do aplicativo de gestão, por técnico especializado, nas dependências da Prefeitura, por telefone ou internet, mediante, após instalação e treinamento do pessoal da Prefeitura.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

ANEXO IV – MODELO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2014

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM, A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU E A EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU - SP.

Pelo presente instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Paríquera-Açu, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à _____, _____, neste Município, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o Nº _____, neste ato representa pelo Sr. _____, doravante designada simplesmente “CONTRATANTE” e, de outro lado a empresa _____ estabelecida à _____, regularmente inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o Nº _____, neste ato representada por _____, doravante referendada simplesmente como “CONTRATADA” celebram o presente instrumento, que reger-se-á pelas Cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Este Contrato tem por objeto a execução pela CONTRATADA de “serviços técnicos especializados para o " LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO, ELABORAÇÃO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES, ATUALIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS IMOBILIÁRIAS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU / SP”.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESCOPO

2.1 O escopo dos serviços compreende a execução das seguintes atividades:

- 2.1.1 Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- 2.1.2 Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- 2.1.3 Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 2.1.4 Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis; e
- 2.1.5 Sistema de Informações Geográficas - SIG.

CLÁUSULA TERCEIRA - ANEXOS

3.1 Fazem parte do presente Contrato, os documentos abaixo indicados.

- 3.1.1 Edital de Tomada de Preços Nº 002/2014, e seus anexos.
- 3.1.2 Proposta da CONTRATADA, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS

4.1 O prazo total de execução dos serviços objeto deste contrato é de 12 (DOZE) meses corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de início, pelo Departamento de Obras/Serviços Municipais da Prefeitura Municipal de PARIQUERA-AÇU, sendo:

- 4.1.1 15 (quinze) dias para execução dos serviços de Planejamento e Preparação dos Trabalhos;
- 4.1.2 90 (noventa) dias para o Levantamento Aerofotogramétrico de Áreas Urbanizadas;
- 4.1.3 90 (noventa) dias para a Elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 4.1.4 150 (cento e cinquenta) dias para execução dos serviços para Atualização dos Dados Cadastrais dos Imóveis – Recadastramento Imobiliário e Digitalização dos Croquis; e
- 4.1.5 240 (duzentos e quarenta) dias para execução de todos os serviços e atividades do SIG, sendo:
 - 60 (sessenta) dias para os serviços de fornecimento, implantação de sistemas e treinamento.
 - 180 (cento e oitenta) dias para suporte e manutenção do SIG, após implantação e treinamento, os quais deverão ser prestados em caráter contínuo, podendo ser prorrogado até os limites previstos na legislação (artigo 57, inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993).

4.2 A CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura deste contrato, o cronograma físico dos serviços para aprovação da Fiscalização.

4.2.1 A CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, poderá determinar à CONTRATADA, alterações na programação estabelecida ou inversão de prioridades.

4.3 A CONTRATANTE poderá estender o prazo do item 4.1 de acordo com as condições estabelecidas no Parágrafo 1º, Inciso I a VI, Art. 57 da LF 8.666/93.

4.4 Não serão computadas, para a contagem dos prazos, as interrupções relativas às paralisações decorrentes de caso fortuito ou motivo de força maior (artigo 1058 do Código Civil).

CLÁUSULA QUINTA - PREÇOS

5.1 Os preços para execução dos serviços do presente contrato são os apresentados a seguir:

Item	SERVIÇO	UNID.	QTE.	CUSTO (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	PLANEJAMENTO E PREPAR. DOS TRABALHOS	relatório	1		



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

2	LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO	KM2	32,18		
3	PLANTA GENCERICA DE VALORES	UN	1		
4	ATUAL. DADOS CADASTRALS DOS IMÓVEIS				
4.1	Recadastramento Imobiliário	U.I.	6.100		
4.2	Digitalização dos Croquis dos Imóveis	U.I.	6.100		
5	SIG				
5.1	Aplicativo de Gestão SIG	aplicativo	1		
5.2	Software GIS	licença	1		
5.3	Treinoamento de Usuários Software GIS	usuário	2		
5.4	Suporte e Manutenção do Aplicativo de Gestão	mês	6		
TOTAL					

5.2 O Preço Global para execução dos serviços objeto deste Contrato será de R\$ _____ (_____), e refere-se ao escopo descrito na Cláusula Segunda.

5.3 O Preço Global acima referido inclui todos os equipamentos, mão de obra e materiais necessários à total execução dos serviços do escopo, constituindo, portanto, todos os custos, benefícios, tributos e contribuições, bem como os acréscimos decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, de modo a construir a única e total contraprestação pela execução dos serviços objeto deste Contrato.

5.4 Eventuais serviços extras, não previstos no Escopo ou na Planilha de Quantidade e Preços, serão tratados caso a caso, executados somente após análise pela FISCALIZAÇÃO e o competente enquadramento dos mesmos nos limites e restrições impostas pela LF Nº 8.666/93.

5.4.1 A formação dos preços para os serviços extras será baseada nos preços de serviços similares constantes na Planilha de Quantidades e Preços e, no caso de sua inexistência, pela composição com base em valores de mercado e utilizando os mesmos valores apresentados na proposta.

5.5 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimo ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - MEDIÇÃO E FATURAMENTO

6.1 As medições serão efetuadas nos prazos definidos para entrega dos produtos de cada atividade, conforme cronograma físico-financeiro e deverão ser apresentadas à Fiscalização até o prazo de 02 (dois) dias, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal. A Fiscalização, por sua vez, terá um prazo de 02 (dois) dias para aprová-las e encaminhar para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria do Departamento de Finanças, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da emissão da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

7.1.1 Para efeito do item a), Inciso XIV do Art. 40 da L.F. 8.666/93, a Fatura deverá ser paga dentro de 10 (dez) dias corridos da data de emissão da Medição.

7.1.2 Na hipótese da não efetivação do pagamento até o dia 10º (décimo) dia corrido da emissão da fatura, os valores serão atualizados proporcionalmente ao número de dias de inadimplência.

7.2 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data de apresentação das propostas, o valor deste contrato poderá vir a ser reajustado segundo a variação do IGPM.

CLAUSULA OITAVA - MULTAS

8.1 Ficam estabelecidas as seguintes multas em que incidirá a CONTRATADA, independente de qualquer formalidade, bastando que ocorra pura e simplesmente o ato ou fato punível, constatado pela CONTRATANTE:

8.1.1 No valor correspondente a 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual nos seguintes casos:

- por dia de atraso injustificado, após o prazo de 5 (cinco) dias.
- por dia de paralisação dos serviços, superior a 3 (três) dias e até máximo de 15 (quinze) dias, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pela CONTRATANTE.
- pelo descumprimento de quaisquer Cláusulas deste Contrato, executadas aquelas para as quais as sanções estejam especificamente estabelecidas.

8.1.2 No caso de reincidência de qualquer dos itens acima, a multa será aplicada em dobro.

8.1.3 No valor correspondente a 5% (cinco por cento) ao valor contratual pela inexecução parcial ou total do contrato.

8.2 Aplicada a multa, a CONTRATANTE descontará no primeiro pagamento a ser feito à CONTRATADA, logo após sua imposição.

8.3 As multas eventualmente aplicadas, serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

8.4 A multa prevista nesta Cláusula não tem caráter compensatório, mas meramente moratório, consequentemente, o pagamento não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato tenha acarretado.

8.5 A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, na forma da Cláusula Décima Quarta, assim que o total de multas aplicadas supere 5% (cinco por cento) do valor estimado do Contrato.

8.6 Além das penalidade dos itens anteriores, a CONTRATADA não ficará isenta das elencadas nos Artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/93.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além do cumprimento fiel as cláusulas do contrato e das estipulações dos seus anexos, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços em estrita observância às normas técnicas vigentes.

9.2 A CONTRATADA obriga-se a executar e concluir os serviços do presente Contrato, deixando os locais em perfeitas condições, utilizando o mais alto nível da técnica atual, devendo os serviços serem executados com segurança.

9.3 Cabe à CONTRATADA prover toda a mão de obra materiais, máquinas, equipamentos e ferramentas normais ou especiais necessária à total execução dos serviços objeto deste Contrato, através de profissionais habilitados e altamente qualificados.

9.4 A CONTRTADA é a responsável direta e exclusiva pelos serviços objeto deste Contrato e, consequentemente responderá civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que na execução deles venha, direta ou indiretamente a provocar ou causar à CONTRATANTE ou a terceiros.

9.5 A CONTRATADA obriga-se a acatar todas as instruções da CONTRATANTE que serão fornecidas por escrito, desde que tais instruções não infrinjam qualquer condição contratual.

9.6 A CONTRATADA obriga-se a permitir o acesso às dependências e locais em que estiverem se desenvolvendo trabalhos, de representantes credenciados da CONTRATANTE facultando-lhes o completo acesso aos trabalhos, em andamento e fornecendo-lhes todas as informações solicitadas, relacionadas com os trabalhos, sejam elas de que natureza forem.

9.7 A CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente a legislação vigente sobre proteção do meio ambiente, acatar as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitados no tocante a disciplina e segurança do trabalho, os regulamentos e normas adotadas na área de execução dos serviços, inclusive as regras sanitárias estabelecidas.

9.8 A CONTRATADA obriga-se a proceder, arcando com as respectivas despesas, a retirada das instalações, máquinas e equipamentos usados para a realização dos serviços, dos locais de trabalho, após o término dos serviços.

9.9 A CONTRATADA obriga-se a apresentar mensalmente à FISCALIZAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil que se seguir ao vencimento do prazo estabelecido em lei para o recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social, os comprovantes de tal recolhimento, ficando assegurado à CONTRATANTE e à FISCALIZAÇÃO, na hipótese de recusa ou falta de exibição de tais comprovantes, o direito de sustar o pagamento de quaisquer faturas, até que se cumpra aquela obrigação, sem prejuízo de aplicação de outras sanções.

Não obstante, ainda que tomadas medidas tais, não caberá, em qualquer hipótese, à CONTRATANTE, qualquer responsabilidade previdenciária com relação os empregados da CONTRATADA.

9.10 A CONTRATADA fica responsável, além dos casos previstos em Lei, perante à CONTRATANTE e terceiros, pelo seguinte:

9.10.1 Observância de todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e de previdência social, com relação aos seus funcionários que executarão os serviços previstos neste Contrato, sendo considerada neste particular como única empregadora. Para tanto, deverá a CONTRATADA, respeitar os pisos salariais das categorias, envolvidas, homologados pelo Tribunal Regional do Trabalho (T.R.T).

9.10.2 Todos os encargos e despesas decorrentes de alimentação, estadia, transporte e alojamento de seu pessoal, que estiver prestando serviços nos locais de trabalho.

9.10.3 Reparo as suas custas, de quaisquer irregularidades, imperfeições ou defeitos constatados nos serviços executados, independentemente de qualquer aviso ou notificação da CONTRATANTE neste sentido, desde que por culpa da CONTRATADA.

9.10.4 Indenização por danos e prejuízos, pessoais ou materiais, causados a pessoal próprio ou a terceiros por culpa ou desídia da CONTRATADA, ou em consequência de erros, imperícias ou negligência própria ou de seus auxiliares prepostos ou operários sob sua responsabilidade, designados para a execução dos serviços contratados.

9.10.5 Ônus adicionais devido à improdutividade, ociosidade, trabalhos noturnos, domingos e feriados e chuva.

9.11 A CONTRATADA fica ciente que toda a documentação e/ou informação técnica sobre os serviços objeto do presente Contrato, pertencem à CONTRATANTE não podendo a CONTRATADA fazer uso ou divulgação da mesma sem a prévia a expressa autorização da CONTRATANTE.

9.12 A CONTRATADA se obriga a submeter à prévia aprovação da CONTRATANTE, a utilização de sub-empregados e/ou sub-contratadas nos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1 Caberá à CONTRATANTE providenciar, através da FISCALIZAÇÃO, à CONTRATADA.

10.1.1 Todos os projetos e especificações, bem como as demais informações que devam ser consideradas, em prazos compatíveis com a execução dos serviços.

10.1.2 Todos os elementos necessários à localização dos serviços a serem executados.

10.1.3 Aprovação das medições na forma da Cláusula Sexta.

10.1.4 Os pagamentos devidos, conforme estabelecido na Cláusula Sétima.

10.1.5 Aprovação ou recusa dos preços para serviço não relacionados na Planilha de Quantidade e Preço e, portanto, adicionais, em 03 (três) dias úteis, a partir da apresentação à CONTRATANTE dos elementos necessário à análise.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

10.1.6 Designação de um interlocutor para representá-la perante a CONTRATADA, para todas as questões que envolvam o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO

11.1 A FISCALIZAÇÃO terá poderes para:

11.1.1 Transmitir à CONTRATADA as determinações e instruções da CONTRATANTE.

11.1.2 Recusar materiais e serviços que não obedeçam as especificações da CONTRATANTE.

11.1.3 Sustar qualquer serviço que não esteja de acordo com este Contrato ou com a boa técnica, ou que atente contra a segurança e bens de terceiros, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA.

11.1.4 Ordenar a imediata retirada de empregados da CONTRATADA que venham a embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora ou cuja permanência no trabalho for julgada inconveniente pela FISCALIZAÇÃO, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras despesas que de tal possam decorrer.

11.1.5 Examinar os documentos referentes à regularidade da situação da CONTRATADA, para com a Previdência Social.

11.1.6 Praticar quaisquer atos, nos limites do presente Contrato, que se destinem a preservar todo e qualquer direito da CONTRATANTE.

11.1.7 Aprovar preços novos, prazos e quantidades de serviços, sendo válidos como documentos contratuais diários de obras, cartas e atas, assinadas pelos Engenheiros Prepostos da FISCALIZAÇÃO.

11.1.8 Controlar as condições de trabalho e controlar os prazos estabelecidos para a execução dos serviços.

11.1.9 Fiscalizar as ações de higiene e segurança do trabalho.

11.2 A ação da FISCALIZAÇÃO não exime a CONTRATADA da completa responsabilidade, quanto ao aspecto técnico, no que se refere à execução e garantia dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO

12.1 O Presente Contrato não poderá ser cedido no todo ou em parte, pela CONTRATADA sem a prévia aprovação da CONTRATANTE, sob pena de ser o mesmo rescindido automaticamente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RENÚNCIA DE DIREITOS

13.1 O não exercício por parte da CONTRATANTE de qualquer direito ou faculdade à mesma concedida no presente Contrato, não importará em renúncia ou novação, podendo a CONTRATANTE vir a exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO DO CONTRATO.

14.1 A Prefeitura poderá considerar rescindido este Contrato na ocorrência de quaisquer dos motivos prescritos no Art.78, Incisos I a XI e XVII da LF 8.666/93.

14.2 Sem prejuízo do disposto no item anterior, a CONTRATANTE poderá considerar rescindindo este Contrato de pleno direito, independentemente de qualquer aviso interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial, sem que caiba a CONTRATADA qualquer direito de indenização, se:

14.2.1 Abandonar ou suspender, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, a execução dos serviços, salvo por motivos de força maior, devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE.

14.2.2 Não acatar ordem da FISCALIZAÇÃO para início dos serviços, salvo se suas razões tenham sido prévia e devidamente aceitas.

14.2.3 Transferir parcial ou totalmente a terceiros, as atribuições da CONTRATADA, sem prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO.

14.2.4 Der causa à suspensão dos serviços, por determinações das autoridades competentes ou pela falta de cumprimento de prescrições e recomendações técnicas ou administrativas na execução dos serviços.

14.2.5 Deixar de cumprir, dentro de 5 (cinco) dias do recebimento da notificação competente, qualquer exigência da FISCALIZAÇÃO relativa aos serviços contratados.

14.3 Ocorrendo qualquer dos motivos acima enumerados, poderá a CONTRATANTE independentemente de notificação judicial ou extra-judicial à CONTRATADA, tomar posse imediata dos serviços já realizados, não cabendo a CONTRATADA qualquer reclamação e/ou indenização.

14.4 Uma vez rescindindo este Contrato, poderá a CONTRATANTE entregar a conclusão dos serviços objeto do mesmo a quem lhe aprovar, não cabendo a CONTRATADA direito a qualquer indenização por serviços não realizados, restando a CONTRATANTE as importâncias porventura devidas por serviços já realizados e ainda não pagos, para cobertura das multas, juros e demais encargos em aberto por ocasião da rescisão.

14.5 O Contrato poderá ser rescindido sempre que o valor das multas aplicadas superar 5% (cinco por cento) do valor indicado na Cláusula Décima Oitava, de acordo com o item 8.5 deste Contrato.

14.6 Não convido à CONTRATANTE a rescisão do Contrato, poderá ela intervir nos serviços contratados, de maneira que melhor satisfaça a seus interesses, correndo por conta da CONTRATADA todos os custos decorrentes desta intervenção, até o limite do seu preço contratual.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Paríquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

14.7 Caso a CONTRATANTE não exerça o direito de rescindir o presente Contrato, poderá ela, a seu exclusivo critério, sustar o pagamento de quaisquer faturas e/ou documentos de cobrança pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida. Ficando esta sujeita à imposição das multas previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORÇA MAIOR

15.1 A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivado por caso fortuito ou motivo de força maior, nos termos do artigo 1058 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito, os eventos da natureza e como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente, independem da vontade das partes.

15.2 Qualquer circunstância que puder ser caracterizada como caso fortuito ou motivo de força maior, somente poderá como tal ser invocada pelas partes quando, direta e comprovadamente, afetar a parte que a invocar e aos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - IMPOSTOS, LICENÇAS, REGISTROS E SEGUROS

16.1 Correrão por conta da CONTRATADA, todos os impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, que incidam ou possam vir a incidir sobre as operações objeto deste Contrato, ou de qualquer forma com ele relacionado.

16.1.1 O Imposto sobre Serviços relativos ao objeto deste Contrato deverá ser recolhido de acordo com a legislação vigente.

16.2 As licenças e respectivas despesas para a sua obtenção junto as repartições competentes, necessárias à execução dos serviços ora contratados, ficam por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RECURSOS FINANCEIROS E VALOR DO CONTRATO

17.1 As despesas com a execução do presente Contrato, correrão por conta da seguinte dotação, consignada na peça orçamentária do exercício de 2014 e pela correspondente dos exercícios seguintes.

*Unidade Orçamentaria: 01.04.00 – Depto. de Fazenda e Planejamento
Unidade Executora: 01.04.01 – Depto. de Fazenda e Planejamento
Função: 04.123 – Administração Financeira
Projeto: 2006 – Munut. Do Depto. de Fazenda e Planejamento
Classificação Econômica: 3.3.90.39 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
Destinação do Recurso: 0.110.00 - Geral*

17.2 Dá-se ao presente Contrato o valor inicial estimado de R\$_____.

17.2.1 Os serviços extras que eventualmente possam ocorrer, não foram computados no valor do item 18.2.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1 Para dirimir quaisquer dúvidas resultantes do presente Contrato, elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Paríquera-Açu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais Privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 O presente Contrato regular-se-á pelas Cláusulas nele contidas, bem como pelo que consta no Processo Nº 027/2014, Proposta da CONTRATADA inserta às folhas ____a____ do referido processo, como se neste instrumento estivessem transcritos.

E por se acharem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor perante as testemunhas abaixo indicadas para todos os fins e efeitos de direito.

PARIQUERA-AÇU, ____ de _____ de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Parquera Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

ANEXO IV – MODELO DE CURRICULUM VITAE DOS GERENTES / COORDENADORES

Nome do Profissional:			
Formação Profissional		Nº do Registro no Cons. Profis.	
Função no Projeto		Data de Admissão	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
Período	Empresa	Função	Descrição dos Serviços / Atividades Realizados

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, inclusive as respectivas sanções penais, que as informações prestadas neste curriculum são a expressão da verdade, nenhuma oposição fazendo que a Comissão Especial de Licitação da Prefeitura do Município de Parquera-Açu/SP realize diligências a respeito da minha experiência profissional, solicitando documentos complementares que comprovem a exatidão do acima descrito.

_____, ____ de _____ de 2014.

ASSINATURA DO PROFISSIONAL



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

terça-feira, 24 de junho de 2014

Edição nº 64 Ticket 64

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

ANEXO V – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OS PREÇOS DA PLANILHA FORAM CALCULADOS COM BASE EM DUAS COTAÇÕES NOS VALORES DE R\$ 686.416,00 + R\$ 676.201,40, E SOMADO A COTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 379.939,70 O TOTAL ESTIMADO É DE **R\$ 580.852,37**

Item	SERVIÇO	UNID.	QTE.	CUSTO (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	PLANEJAMENTO E PREPAR. DOS TRABALHOS	relatório	1	48.377,50	48.377,50
2	LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO	KM2	32,18	6.180,88	198.900,72
3	PLANTA GENEICA DE VALORES	UN	1	76.706,00	76.706,00
4	ATUAL. DADOS CADASTRAIS DOS IMÓVEIS				
4.1	Recadastramento Imobiliário	U.I.	6.100	34.550,00	210.755,00
4.2	Digitalização dos Croquis dos Imóveis	U.I.	6.100	4.200,00	25.620,00
5	SIG				
5.1	Aplicativo de Gestão SIG	aplicativo	1	71.770,00	71.770,00
5.2	Software GIS	licença	1	10.090,00	10.090,00
5.3	Treinamento de Usuários Software GIS	usuário	2	5.362,50	10.725,00
5.4	Suporte e Manutenção do Aplicativo de Gestão	mês	6	4.725,00	28.350,00